

SÍNODO PARA A AMAZÔNIA, APELO À CONVERSÃO INTEGRAL¹

Geraldo Martins Dias*

Resumo: Em um primeiro momento, neste artigo, propomos olhar para o Sínodo em seus três momentos, a saber, preparação, realização e recepção. Em seguida, faremos uma conexão com o Mês Extraordinário Missionário, como determinado pelo tema que me foi solicitado no encerramento deste simpósio.

Palavras-chave: Sínodo. Amazônia. Escutar. Diálogo. Conversão.

Riassunto: All'inizio, in questo articolo, proponiamo di guardare al Sinodo nei suoi tre momenti, ovvero preparazione, realizzazione e accoglienza. Quindi, faremo un collegamento con il Mese Missionario Straordinario, come determinato dal tema che è stato chiesto alla fine di questo simposio.

Parole chiave: Sinodo. Amazzonia. Ascoltare. Dialogo. Conversione.

CRISTO APONTA PARA A AMAZÔNIA!

“Cristo aponta para a Amazônia!”, dizia Paulo VI, há quase cinquenta anos, em mensagem enviada aos peregrinos de Belém do Pará, em 10 de outubro 1971. Palavras proféticas carregadas de esperança e compromisso, cujo cumprimento parece se dar de maneira culminante com o Sínodo para a Amazônia que, por sua vez, pode ser visto como coroamento de uma longa trajetória de presença ativa da Igreja nesta região. O Sínodo veio responder a uma demanda que já se fazia sentir nos documentos produzidos pela Igreja Pan-Amazônica em seus vários encontros a partir da década de 1970. Só mesmo um papa latino-americano, com a sensibilidade, a coragem e a ousadia de Francisco, para responder aos apelos do Espírito Santo e convocar um Sínodo para discutir questões relativas à Amazônia. Nada a estranhar nessa iniciativa de realizar um Sínodo regional se levarmos em conta os Sínodos continentais em preparação ao terceiro milênio – África

¹ Texto apresentado no Simpósio Teológico-Filosófico realizado pelo Seminário São José e Faculdade Dom Luciano, Arquidiocese de Mariana. Trata-se de um texto no qual o autor compartilha sua experiência missionária vivida na Diocese de Humaitá, no Amazonas, em 2019.

* Presbítero da Arquidiocese de Mariana. Atuou na Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) como assessor de imprensa (2007 a 2011), assessor político (de 2011 a 2013) e assessor da Presidência (de 2014-2019). Atualmente é Pároco da Paróquia São João Batista, de Viçosa-MG.

(1994), América (1997), Ásia (1998), Oceania (1998) e Europa (1999). Então, por que não um para a Amazônia, região com dimensões e desafios continentais, composta por nove países, abrangendo uma área de 7,8 milhões de km², e uma população de 33,6 milhões de pessoas?

Não conheço os bastidores que levaram o Papa Francisco a anunciar, no dia 15 de outubro de 2017, a convocação deste Sínodo Especial para a Amazônia. Imagino, pelo menos, duas razões, uma de ordem eminentemente pastoral-evangelizadora e outra de cunho político e socioambiental. A primeira nasce dos desafios postos à evangelização nesta região, considerando sua extensão, a escassez de evangelizadores, sobretudo, ministros ordenados, de recursos econômicos e a diversidade que caracteriza os povos amazônicos. A segunda emerge da preocupação do papa com o Planeta Terra, já explicitada na Encíclica *Laudato Si*, tendo em vista a preservação da Amazônia, de seus povos, de sua cultura, há muito ameaçados por projetos de desenvolvimento que, impulsionados pela avidez do lucro, avançam sobre toda a região. Foi o próprio papa quem disse que Sínodo é “filho da *Laudato Si*”² cujo conhecimento é condição *sine qua non* para compreender a assembleia dos bispos que se deu em Roma nos dias 6 a 26 de outubro de 2019.

O Sínodo tem um antes, um durante e um depois. Se para a grande maioria, seu anúncio, preparação e realização foram motivo de euforia, alegria e esperança, para outros foram exatamente o contrário e ensejaram manifestações explícitas, não apenas contra seu conteúdo e realização, mas contra o próprio Papa Francisco. E isso em escala mundial, tanto dentro da Igreja quanto no mundo político-empresarial. Nada, porém, que mudasse o rumo do que estava posto.

No mesmo período em que se realizava o Sínodo, a Igreja, no mundo, celebrava o Mês Extraordinário Missionário, convocado pelo Papa Francisco no dia 22 de outubro de 2017. São dois eventos distintos, cada um com seus objetivos, metas e motivações próprios. Contudo, para a Igreja que está nos países que compõem a Pan-Amazônia era inevitável unir os dois eventos e estabelecer um diálogo entre eles, despertando em toda sua população católica maior interesse em acompanhar o Sínodo que se desenvolvia em Roma.

² PAPA FRANCISCO. Entrevista a Domenico Agasso. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-08/francisco-o-sinodo-filho-da-laudo-si.html>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

Proponho, nesta breve troca de informações (chamarei assim a esse nosso encontro, que muito me honra), olharmos para o Sínodo em seus três momentos – preparação, realização e recepção – para, em seguida, fazermos sua conexão com o Mês Extraordinário Missionário, como determinado pelo tema que me foi solicitado no encerramento deste simpósio.

1. “*Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas*” (Ap 2,7)

O processo de preparação para o Sínodo, talvez possa se resumir a uma palavra: *escutar*. A partir do Documento Preparatório, que desenvolveu o tema da Assembleia – *Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral* – desencadeou-se um processo de escuta que envolveu cerca de 87 mil pessoas cujas contribuições foram fundamentais para a elaboração do *Instrumentum Laboris*, “um texto mártir”, como o definiu o Papa Francisco no discurso de abertura do Sínodo, “destinado a ser destruído, porque é o ponto de partida para o que o Espírito fará em nós”³.

Por meio de inúmeros encontros diocesanos, 16 seminários regionais e um Pan-Amazônico, sob a orientação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), que teve papel extremamente relevante durante a preparação do Sínodo, procurou-se ouvir de maneira ampla e destemidamente a voz da Amazônia e de seus povos. Segundo Roberto Malvezzi, membro da Equipe de Assessoria da REPAM e participante do Sínodo, esta foi a grande novidade do Sínodo, isto é, escutar os povos amazônidas. “Houve uma mudança de interlocutores. Francisco não estava interessado em ouvir apenas autoridades, políticos, especialistas, mas ouvir a voz dos povos da região”⁴. Isso, certamente, está na base de muitas críticas que recaíram sobre o *Instrumentum Laboris* e o sínodo, vindas tanto de dentro da Igreja, inclusive membros da hierarquia, quanto do mundo político,

³ PAPA FRANCISCO. *Discurso de abertura do Sínodo*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191007_apertura-sinodo.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

⁴ MALVEZZI, Roberto. Sínodo para a Amazônia abriu o futuro. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 10 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594432-sinodo-para-a-amazonia-abriu-o-futuro>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

incomodado com as verdades ditas em alto e bom tom pelos povos amazônicos a respeito de projetos que ameaçam a Amazônia.

Dividido em três partes, o Instrumento de Trabalho expressou de maneira bastante fiel o que os amazônicos – indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros habitantes - disseram sobre a Amazônia, sobre a Ecologia Integral a partir do clamor da terra e dos pobres, e sobre a presença/ausência da Igreja e do Estado nessa região. Na primeira parte, o destaque foi para a vida, como é concebida na Amazônia e o território como patrimônio dos povos amazônicos. Destacou-se ainda, nessa parte, o Sínodo como tempo de graça para seus povos e a necessidade de diálogo como caminho de respeito a quem vive na Amazônia.

A segunda parte ecoou os clamores da terra e dos pobres que vivem e cuidam da Amazônia. Aqui se evidenciaram os grandes problemas enfrentados pelos povos originários como a destruição extrativista, o drama dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário, a migração, a urbanização, a família, a corrupção, a saúde, a educação, a ecologia. Para cada uma destas questões, indicaram-se sugestões que expressam o anseio do povo da Amazônia.

A última parte, por sua vez, voltou-se mais especificamente para a evangelização com ênfase na atuação da Igreja. Desta maneira, a preocupação recaiu sobre a necessidade de a Igreja ter um rosto amazônico e missionário, de ser capaz de enfrentar os desafios da inculturação e da interculturalidade, de celebrar uma liturgia inculturada, de organizar melhor as comunidades, de evangelizar as cidades, de estreitar o diálogo ecumênico e inter-religioso, de usar mais e melhor os meios de comunicação e de exercer o profetismo com promoção humana integral. Aqui também houve inúmeras propostas que serviram de base para a discussão dos padres sinodais.

O que chamou atenção, no entanto, nesse processo de preparação foi a reação de muitos ao *Instrumento Laboris*. Lamentavelmente, a imprensa escancarou uma janela a partir da qual a maioria começou a ver e analisar o Sínodo. Trata-se da proposta de se discutir a possibilidade de ordenação de homens casados para a Amazônia. Isso aparece no parágrafo 129 do *Instrumentum Laboris* e foi divulgado de tal maneira que até parecia que o Sínodo se reuniria para isso. Um tremendo equívoco que, infelizmente, acabou emoldurando o Sínodo para os que o acompanharam apenas pela grande mídia. Não se

pode negar que outros temas vieram à tona por pequenas frestas abertas pela mídia, como as implicações políticas resultantes do tema proposto pelo Sínodo, nada, porém, comparável ao tema anterior.

É verdade também que, da parte de alguns altos membros da hierarquia da Igreja, vieram críticas contundentes questionando a teologia e a eclesiologia do texto, que nem documento era, acusando-o de herético e cismático. No Brasil, a voz mais forte que ouviu contra o texto veio do bispo emérito de Marajó, dom José Luiz Azcona. Não faltaram, ainda, reações do governo brasileiro que se colocou numa rota de colisão com o Vaticano. “Os militares brasileiros chegaram a pedir um lugar no Sínodo. Diziam que ‘só a Igreja e o Exército conhecem efetivamente a Amazônia’”, conta Malvezzi (2019).

Não faltaram também grupos de leigos ligados a movimentos que se opõem às reformas implementadas por Francisco, que se posicionaram contra o Sínodo. Destaque para a Tradição Família e Propriedade (TFP) que percorreu a Amazônia recolhendo assinaturas contra o Sínodo. Pude encontrá-los em Humaitá (AM) onde estive de junho a novembro do ano passado. Percorreram a cidade e comunidades ribeirinhas convencendo as pessoas a assinarem contra o Sínodo, sobretudo, por causa da proposta de respeito e reconhecimento da cultura e da espiritualidade dos povos originários. Em Porto Velho (RO), abordavam as pessoas nas ruas e tentavam convencê-las de que as propostas contidas no *Instrumentum Laboris* eram heréticas. O arcebispo de Porto Velho manifestou-se por meio de nota, repudiando a ação desse grupo. Nesse tempo, também os Arautos do Evangelho visitaram a Amazônia e, ao que consta, não foram lá para tecer loas ao Sínodo.

A conclusão a que chegamos, em relação à preparação do Sínodo, é que nem todos têm os ouvidos e o coração abertos para “ouvir o que o Espírito diz às Igrejas”. Muito preocupados em preservar a doutrina, acabam por esquecer o Evangelho. Isso contagiou mais gente do que podemos imaginar, inclusive jovens que começaram a criticar o papa e o Sínodo sem nem terem lido o Instrumento de Trabalho. Por outro lado, tais reações só fortaleceram a convicção e o ânimo dos que têm compromisso com a Amazônia. Não faltaram vozes, aqui e em todo o mundo, demonstrando apoio e solidariedade ao papa, à Amazônia e aos organizadores do Sínodo.

2. “Se vocês não se converterem, vão morrer todos do mesmo modo” (Lc 13,3)

Se a preparação do Sínodo foi um convite a escutar a Amazônia, sua realização resultou num apelo fortíssimo à conversão. Aliás, o próprio papa assinalou esse caminho na abertura da Assembleia.

O Sínodo para a Amazônia, podemos dizer que tem quatro dimensões: a dimensão pastoral, a dimensão cultural, a dimensão social e a dimensão ecológica. A primeira, a dimensão pastoral, é a essencial, que inclui tudo. Enfrentamo-la com um coração cristão e olhamos para a realidade da Amazônia com os olhos de discípulo para compreendê-la e interpretá-la com os olhos de discípulo, porque não há hermenêuticas neutras, hermenêuticas assépticas, estão sempre condicionadas por uma opção prévia, a nossa opção prévia é a dos discípulos⁵.

Este foi o caminho seguido pelos padres sinodais, que se manifestou no Documento Final estruturado em cinco capítulos, abordando cinco conversões que os cristãos e pessoas de boa vontade são chamados a viver: *Integral, pastoral, cultural, ecológica e sinodal*. Os novos caminhos para a Igreja e a ecologia integral – tema do Sínodo – chamam-se, portanto, *conversão*. Esta me parece ser a grande intuição do Sínodo.

Antes de nos determos às principais proposições acerca de cada uma destas conversões, voltemos nosso olhar para o ambiente interno e externo em que se deu a Assembleia dos bispos. Tentemos vê-la a partir de outras janelas que não unicamente a da grande mídia que insistiu na questão da ordenação de homens casados. Em primeiro lugar, nossa atenção deve se voltar para os participantes da Assembleia.

Os padres sinodais somavam 184 dos quais 113 eram da Pan-Amazônia. Havia, ainda, seis delegados fraternos, representantes de outras Igrejas e comunidades eclesiais na Amazônia, 12 convidados especiais e 25 especialistas, além de 55 auditores e auditoras. Detalhe importante: quase um terço dos participantes (58) era do Brasil. Segundo a metodologia adotada, na plenária, os auditores e padres sinodais podiam usar a palavra durante quatro minutos. Os peritos, por sua vez, só podiam se manifestar à equipe de

⁵ PAPA FRANCISCO. *Discurso de abertura do Sínodo*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191007_apertura-sinodo.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

redação, enquanto nos grupos menores todos tinham voz, inclusive as mulheres e os povos originários.

Na expressão do jesuíta Antônio Spadaro, “a periferia falou a partir de centro (Roma), com uma consciência de que a sua experiência é ouvida como uma voz profética por toda a Igreja”⁶. Isso incomodou ainda mais aos inconformados com o processo do Sínodo.

Este é o ponto: hoje a Igreja tem uma necessidade extraordinária de profecia diante dos grandes desafios do presente para discernir que futuro queremos construir. Roma tornou-se lugar de escuta profunda de experiências do catolicismo consideradas como “periféricas” e de fronteira. A abordagem “missionária” foi decididamente integrada com a abordagem que valoriza a experiência cristã da Amazônia como significativa e profética para a Igreja universal (SPADARO, 2019).

Notícias dão conta de que nem tudo foi tranquilo, sobretudo, no entorno do Vaticano que acolheu os padres sinodais. Grupos de apoio ao Sínodo desenvolveram inúmeras atividades com o objetivo de ajudar os padres sinodais em seu discernimento, mas também para dar visibilidade à Amazônia e às suas causas. Da mesma forma, grupos opositores armaram suas tendas na Cidade Eterna a fim de levar ao mundo sua versão sobre a Assembleia dos bispos. Em meio a tudo isso, a imprensa internacional que não arredou o pé de Roma, transmitindo sua versão sobre as discussões feitas pelos bispos, bebendo tanto na fonte da Sala de Imprensa do Sínodo quanto em fontes próprias. Do Brasil, por exemplo, estava o youtuber Bernardo Kuster, discípulo de Olavo Carvalho, que postou vários vídeos desqualificando o Sínodo. Por outro lado, grupos como o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) ressaltavam a importância do Sínodo para a Amazônia e para toda a Igreja.

Um fato que chamou muito a atenção foi a missa rezada pelos bispos na Catacumba de Santa Domitila, no dia 20 de outubro, reproduzindo o gesto de Dom Helder Câmara (e é oportuno citar seu nome no dia de hoje quando comemoraria 101 anos) que, com vários padres conciliares do Vaticano II, fez o famoso Pacto das Catacumbas. Liderados, desta vez, por dom Cláudio Hummes, os padres sinodais também assinaram um *Pacto das Catacumbas pela Casa Comum - Por uma Igreja com rosto amazônico, pobre e*

⁶ SPADARO, Antônio. Sínodo para a Amazônia: um afresco para a casa comum. Tradução de Moisés Sbardelotto. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 03 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594031-sinodo-para-a-amazonia-um-afresco-para-a-casa-comum-artigo-de-antonio-spadaro>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

servidora, profética e samaritana – em que assumem quinze (15) compromissos muito interessantes.

Miremos, a partir de agora, alguns pontos dos novos caminhos para as conversões propostas pelos padres sinodais.

a) Conversão integral

O convite aqui é para escutar a Amazônia “no espírito próprio do discípulo e à luz da Palavra de Deus e da Tradição” a fim de se chegar a “uma profunda conversão dos nossos planos e estruturas a Cristo e ao seu Evangelho” (n. 5). Trata-se de uma Amazônia que se transformou num “*lugar de dor e violência*” e cuja beleza está “ferida e deformada” (n. 10). A lista que ameaça a vida na Amazônia é extensa e está ligada, entre outras coisas, a “interesses econômicos e políticos dos setores dominantes, com a cumplicidade de alguns governantes e algumas autoridades indígenas” (n. 10). Além disso, há o fenômeno da *migração*, incluindo “o deslocamento forçado de povos indígenas, camponeses e ribeirinhos expulsos de seus territórios, e cujo destino final tende a ser as áreas mais pobres e periféricas das cidades” (n. 12).

Esta realidade exige conversão integral que se traduz numa *conversão pessoal e comunitária* “que nos compromete a nos relacionar harmoniosamente com a obra criadora de Deus, que é a casa comum”; uma conversão que construa estruturas “em harmonia com o cuidado da criação” e uma conversão pastoral “baseada na sinodalidade, que reconheça a interação de tudo o que foi criado” (n. 18).

b) Conversão Pastoral

No âmbito da conversão pastoral, o Sínodo aponta para uma Igreja que seja *Samaritana*, que vá ao encontro de todos, “especialmente dos povos originários, dos pobres, dos excluídos da sociedade e dos outros”; uma Igreja *Madalena*, “que anuncie com alegria e convicção Cristo crucificado e ressuscitado”; uma Igreja *Mariana*, “que gera filhos para a fé e os educa com afeto e paciência, aprendendo também com as riquezas dos povos” e, finalmente, uma “Igreja servidora, kerigmática, educadora, inculturada, no meio dos povos que servimos” (n. 18).

Para tanto, é necessário considerar a multiplicidade dos interlocutores que vivem na região (n. 23), bem como a multiplicidade de crenças, que exige sempre o caminho do

diálogo. Daí a necessidade de “dar à pastoral indígena o seu lugar específico na Igreja” e “criar ou manter uma opção preferencial pelos povos indígenas” cujas culturas, identidades e histórias, levam a aspirar por uma “*Igreja indígena* com os seus próprios sacerdotes e ministros sempre unidos e em plena comunhão com a Igreja Católica” (n. 23).

O Documento chama atenção para a realidade da migração (n. 29), dos jovens (n. 30) e da urbanização (n. 34). Destaca que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) “foram e são um dom de Deus às Igrejas locais da Amazônia”, mas algumas delas “se acomodaram, enfraqueceram ou até desapareceram” (n. 36).

O caminho novo indicado para a conversão pastoral é a criação de uma *rede itinerante* “que reúna os diversos esforços das equipes que acompanham e dinamizam a vida e a fé das comunidades da Amazônia”. A meta é passar das visitas pastorais a uma presença mais permanente, ou seja, passar de uma “Pastoral da visita” para uma “Pastoral da presença”. Para tanto, as congregações e/ou províncias de religiosos/as do mundo, “que ainda não estão envolvidos em missões, são convidadas a estabelecer pelo menos uma frente missionária em qualquer dos países amazônicos” (n. 40).

c) Conversão Cultural

A palavra que sintetiza bem a realidade cultural da Amazônia é “*pluricultural*”. Esta realidade exige olhar a todos com atenção. Cuidado especial merecem os Povos Indígenas em Isolamento Voluntário (PIAV) ou Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI). Na Amazônia eles somam aproximadamente 130 aldeias (n. 40).

A proposta é que a Igreja seja não só inculturada, mas também *interculturada*. Assim, é preciso respeitar a *piedade popular*, entendendo-se a inculturação como “a encarnação do Evangelho nas culturas autóctones” (n. 51), valorizando as várias culturas que caracterizam os amazônicos com um contundente *não ao colonialismo* que “é a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros, seja economicamente, culturalmente ou religiosamente” (n. 55). Há, portanto, uma rejeição categórica a “uma evangelização ao estilo colonial” e um apelo a “reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas”. A evangelização, portanto, passa pela interculturalidade (n. 55). Muitos veem em propostas como essa uma opção pela não evangelização/cristianização

dos indígenas e povos originários, o que ensejou fortes reações dos que propugnam uma evangelização próxima do proselitismo tão combatido pela Igreja.

O caminho da conversão pastoral passa, essencialmente, pela *educação*. Assim, o Documento propõe criar uma “rede de escolas de educação bilíngue para a Amazônia que articule propostas educativas que respondam às necessidades das comunidades, respeitando, valorizando e integrando a identidade cultural e linguística” (n. 62). Propõe, ainda, “sustentar, apoiar e favorecer as experiências educativas de *educação intercultural bilíngue* já existentes nas jurisdições eclesiais da Amazônia e envolver as universidades católicas no trabalho em rede” (n. 63), além de buscar novas formas de educação convencional e não convencional, como a educação à distância (n. 64).

d) Conversão ecológica

Os padres sinodais reconhecem a urgência de enfrentar a exploração ilimitada da “casa comum” e dos seus habitantes cuja causa principal está na atividade extrativa predatória (n. 67). Denunciam a criminalização de lideranças e de comunidades por reivindicarem seus direitos (n. 69). Diante disso, reforçam que as *comunidades amazônicas são protagonistas* na defesa da Amazônia e de seus povos e delas a Igreja se faz aliada (n. 74). Para tanto, é preciso formar agentes de pastoral e ministros ordenados “com sensibilidade socioambiental” (n. 75).

A meta, no processo de conversão ecológica, é “*abraçar uma espiritualidade da ecologia integral*, para promover o cuidado da criação”. O Documento propõe, então, “definir o *pecado ecológico* como uma ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, a comunidade e o meio ambiente”, bem como a criação de “*ministérios especiais* para o cuidado da ‘casa comum’ e a promoção da ecologia integral em nível paroquial e em cada jurisdição eclesial” (n. 82).

E, para “reparar a dívida ecológica que os países têm com a Amazônia”, os padres sinodais indicam “a criação de um fundo mundial para cobrir parte dos orçamentos das comunidades presentes na Amazônia que promovem seu desenvolvimento integral e autossustentável” (n. 83). Além disso, incentiva-se que sejam adotados “hábitos responsáveis que respeitem e valorizem os povos da Amazônia, suas tradições e sabedoria, protegendo a terra e mudando nossa cultura de consumo excessivo, a produção de resíduos sólidos, estimulando o reaproveitamento e a reciclagem” (n. 84). Por isso, os

bispos *exortam* a sociedade a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e uso de plásticos, alterar os hábitos alimentares, comprometer-se com o plantio de árvores, buscar alternativas sustentáveis na agricultura, energia e mobilidade que respeitem os direitos da natureza e os povos e promover uma educação para ecologia integral (n. 84).

Propõem, finalmente, a criação de um “*observatório socioambiental pastoral*” e a realização de “um *diagnóstico* do território e de seus conflitos socioambientais em cada Igreja local e regional, para poder assumir uma posição, tomar decisões e defender os direitos dos mais vulneráveis” (n. 85).

e) Conversão sinodal

As duas palavras sobre as quais se assentam as propostas de novos caminhos para a conversão sinodal são *ministerialidade* e *sinodalidade* na perspectiva de uma Igreja com rosto amazônico. Afirmam os padres sinodais: “Uma Igreja com rosto amazônico precisa que suas comunidades estejam impregnadas de um espírito sinodal, sustentadas por estruturas organizativas segundo esta dinâmica, como autênticos organismos de ‘comunhão’” (n. 92).

Recordando a eclesiologia do Vaticano II, os padres sinodais reafirmam o *protagonismo dos leigos/as* na evangelização, reconhecendo, porém, ser necessário “fortalecer e ampliar os espaços de participação do laicato, tanto na consulta como na tomada de decisões, na vida e na missão da Igreja” (n. 94). Propõem, nessa direção, que “o Bispo possa confiar, por um mandato por tempo determinado, diante da ausência de presbíteros nas comunidades, o exercício do cuidado pastoral da mesma a uma *pessoa não revestida de caráter sacerdotal*, membro da comunidade” (n. 96).

Os padres sinodais manifestam apoio à inserção e itinerância das pessoas de vida consagrada junto aos empobrecidos e excluídos (n. 98).

Atenção especial mereceram as mulheres, embora, na avaliação de alguns, se deveria ter avançado mais em relação a esse tema. Admitem os bispos que a Igreja precisa assumir “com maior força a liderança das mulheres” e que “sua participação nos conselhos pastorais das paróquias e dioceses, inclusive nas instâncias de governo” seja promovida e fortalecida (n. 101).

Concretamente, pedem que “também mulheres adequadamente formadas e preparadas possam receber os *ministérios do Leitorado e do Acolitado*, entre outros a serem criados” (n. 102). Reconhecendo que maioria das comunidades católicas na Amazônia é liderada por mulheres, reivindicam a criação de um “*ministério instituído da ‘mulher dirigente da comunidade’*” (102). Em relação ao diaconato permanente para mulheres, solicitam partilhar experiências e reflexões com a Comissão constituída pelo papa para esse fim (n. 103). Aqui, verifica-se um respeito ao processo que está sendo feito nessa perspectiva. Os bispos confirmam a importância do diaconato permanente para homens, mas mostram preocupação e compromisso com sua formação e manutenção (n. 106).

O ponto que suscitou mais reações encontra-se no parágrafo 111 quando os padres sinodais, ao confirmarem o direito de todas as comunidades cristãs terem acesso à eucaristia dominical (n. 110), tocam na possibilidade de *ordenação de diáconos casados*. Para termos uma exata compreensão do que disseram os padres sinodais, reproduzo na íntegra o parágrafo:

Muitas das comunidades eclesiais do território amazônico têm enormes dificuldades de acesso à Eucaristia. Às vezes, passam não apenas meses, mas vários anos para que um sacerdote possa regressar a uma comunidade para celebrar a Eucaristia, oferecer o sacramento da reconciliação ou ungir os doentes na comunidade. Apreciamos o celibato como dom de Deus (*Sacerdotalis Caelibatus*, 1) na medida em que este dom permite ao discípulo missionário, ordenado ao presbiterato, dedicar-se plenamente ao serviço do Povo Santo de Deus. Estimula a caridade pastoral e rezamos para que haja muitas vocações que vivam o sacerdócio celibatário. *Sabemos que essa disciplina “não é exigida pela própria natureza do sacerdócio”* (PO 16), embora tenha muitas razões de conveniência. Na sua encíclica sobre o celibato sacerdotal, São Paulo VI manteve esta lei e expôs as motivações teológicas, espirituais e pastorais que a sustentam. Em 1992, a exortação pós-sinodal de São João Paulo II sobre a formação sacerdotal confirmou esta tradição na Igreja latina (PDV 29). Considerando que *a legítima diversidade não prejudica a comunhão e a unidade da Igreja*, mas a manifesta e serve (LG 13; OE 6) o que atesta a pluralidade dos ritos e disciplinas existentes, *propomos estabelecer critérios e disposições por parte da autoridade competente*, no âmbito da *Lumen Gentium* 26, para *ordenar sacerdotes a homens idôneos e reconhecidos pela comunidade, que tenham um diaconato permanente fecundo e recebam uma formação adequada para o presbiterato, podendo ter uma família legitimamente constituída e estável*, para sustentar a vida da comunidade cristã mediante a pregação da Palavra e a celebração dos Sacramentos nas áreas mais remotas da região amazônica. A este respeito, alguns manifestaram-se a favor de uma *abordagem universal da questão*.

É importante ater-se a alguns detalhes da proposta: a) reconhece a dificuldade de acesso à eucaristia e a outros sacramentos por parte de muitas comunidades; b) reafirma o celibato como dom, mas que não está vinculado à natureza do ministério ordenado; c) testemunha sua comunhão com o magistério a respeito dessa matéria; d) ressalta o valor

da diversidade; e) propõe a ordenação de diáconos permanentes, mas que sejam idôneos, reconhecidos pela comunidade e com boa formação, com família ou não e que sejam destinados a áreas mais remotas.

Não se trata, portanto, de uma proposta ampla, geral e irrestrita. É algo bastante pontual. Contudo, a observação final deixa a entender que, se a proposta for aceita para a Amazônia, a discussão terá que se ampliar no âmbito universal. Entende-se, então, porque tantas reações contrárias.

Ainda sobre a conversão sinodal, o Documento final apresenta outras propostas como: 1) Rever a extensão das dioceses da Amazônia, criar um fundo amazônico de apoio à evangelização e encorajar as agências de cooperação católica internacional para apoiar as atividades de evangelização além dos projetos sociais (n. 112); 2) Criar uma Universidade Católica Amazônica onde se ensine a teologia inculturada (n. 114); 3) Criar um organismo episcopal para promover a sinodalidade entre as Igrejas (n. 115) e se responsabilizar pela elaboração de um “rito amazônico que exprima o patrimônio litúrgico, teológico, disciplinar e espiritual da Amazônia” (n. 119).

3. “Sejam praticantes da Palavra, e não meros ouvintes” (Tg 1,22)

Encerrado o Sínodo e vindo a público seu Documento Final, as reações foram imediatas. Por um lado, a euforia dos que apostaram no processo realizado, vendo aprovadas as propostas que vieram da escuta, claro, muitas delas reformuladas e aperfeiçoadas pelos padres sinodais. Por outro lado, não faltou a contundência dos críticos que acabaram não conseguindo se impor, apesar do enorme barulho que fizeram e continuam fazendo.

Neste contexto, a análise do Sínodo é altamente positiva e, agora, aguarda-se com expectativa a Exortação Pós-sinodal a ser publicada pelo Papa Francisco. Evidentemente que muitas das proposições não necessitam de uma espécie de aval do papa para serem implementadas e dependerão, única e exclusivamente, das Igrejas particulares da Amazônia.

Publicado o Documento Final, o que ficou mais evidenciado pela mídia foi a questão da ordenação de homens casados. É de se lamentar que seja assim, afinal, isso apequena o sínodo, reduz seu conteúdo e empobrece suas propostas, não obstante a relevância dessa questão específica.

“Midiaticamente e popularmente, este Sínodo será exatamente isso: o Sínodo dos *virii probati*”, lamenta o salesiano uruguaio, padre Lasarte, um dos padres sinodais convidados pelo papa, em artigo no qual avalia o sínodo enumerando “10 ‘gostei’ e 9 ‘não gostei’; uma avaliação do Sínodo sobre a Amazônia”. Em sua opinião, esse tema, juntamente com o das diaconisas, consumiu muitas energias do sínodo, “subtraindo qualidade a todos os outros aspectos consensuais”⁷.

Há quem veja como um dos limites do Sínodo a concentração demasiada à questão dos indígenas, tendo sido colocadas à margem outras questões igualmente relevantes e necessárias na Amazônia. São temas que apareceram nos debates dos padres sinodais, mas que mereceriam maior atenção como, por exemplo, a questão dos ribeirinhos, da urbanização e dos jovens. Isso, no entanto, não compromete o Sínodo.

Avaliação muito positiva tem o procurador da república, Felício Pontes, de Belém (PA), que também participou do Sínodo como perito. Ele enumera “três pilares jurídicos inovadores” que têm o objetivo de “salvar a Amazônia e seus povos”: “a) a adoção da doutrina Pluralista; b) o respeito aos indígenas isolados; c) o reconhecimento do direito da natureza”⁸. Na ressonância do resultado do Sínodo pela mídia, isso parece ter ficado à margem.

A avaliação de Malvezzi (2019) conclui bem o que foi esse evento eclesial que chamou a atenção do mundo: “O Sínodo para Amazônia abriu portas e janelas para o futuro da Igreja, da Amazônia, da humanidade e de toda a Terra”.

⁷ LASARTE, Matín. 10 “Gostei” e 9 “Não gostei”: uma avaliação do Sínodo sobre a Amazônia. Tradução de Luisa Rabolini. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 28 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593854-10-gostei-e-9-nao-gostei-uma-avaliacao-do-sinodo-sobre-a-amazonia>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

⁸ PONTES JR., Felício. O Sínodo e o direito dos povos da Amazônia. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 08 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594192-o-sinodo-e-os-direitos-dos-povos-da-amazonia>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

As palavras do Papa Francisco, na homilia da missa de encerramento do Sínodo, nos dão a exata compreensão que ele teve da assembleia dos bispos:

Neste Sínodo, tivemos a graça de escutar as vozes dos pobres e refletir sobre a precariedade das suas vidas, ameaçadas por modelos de progresso predatórios. E, no entanto, precisamente nesta situação, muitos nos testemunharam que é possível olhar a realidade de modo diferente, acolhendo-a de mãos abertas como uma dádiva, habitando na criação, não como meio a ser explorado, mas como casa a ser guardada, confiando em Deus. Ele é Pai e – diz ainda Ben Sirá – «ouvirá a oração do oprimido» (35, 13). E quantas vezes, mesmo na Igreja, as vozes dos pobres não são escutadas, acabando talvez vilipendiadas ou silenciadas porque incômodas. Rezemos pedindo a graça de saber escutar o clamor dos pobres: é o clamor de esperança da Igreja. O clamor dos pobres é o clamor de esperança da Igreja. Assumindo nós o seu clamor, também a nossa oração – temos a certeza – atravessará as nuvens⁹.

SÍNODO E MÊS MISSIONÁRIO EXTRAORDINÁRIO, CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

Realizados no mesmo período, o Sínodo e o Mês Missionário Extraordinário (MME), trilharam caminhos diferentes, mas que se entrecruzam e se identificam, sobretudo para os latino-americanos. Enquanto a preocupação do primeiro é a busca de novos caminhos para a evangelização e para a ecologia integral numa região específica, a Pan-Amazônia, o segundo tem como meta fazer crescer a consciência em todos os batizados de que eles são enviados a tornar a Igreja de Cristo presente no mundo por meio da missão, especialmente nos lugares onde Cristo ainda não foi anunciado ou está esquecido ou rejeitado.

Enquanto o Sínodo afirma a necessidade de uma Igreja na Amazônia que seja indígena e não indigenista, autóctone, com o protagonismo dos amazônicos, o MME ecoa o pedido de que a Igreja se faça presente no mundo, através de todos os batizados cuja vocação missionária os torna responsáveis por anunciar Jesus Cristo em todos os cantos da terra (ad gentes).

⁹ PAPA FRANCISCO. *Homilia na missa de encerramento do Sínodo*. Basílica Vaticana: Libreria Editrice Vaticana, 27 out. 2019. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2019/documents/papa-francesco_20191027_omelia-sinodovescovi-conclusionione.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

Concluo esse nosso bate-papo com algumas perguntas que me faço após a realização do Sínodo e do MME. 1) Que repercussões esses dois eventos eclesiais tiveram e terão em nossas Igrejas particulares, em nossas comunidades eclesiais e no coração dos cristãos e cristãs? 2) Qual nossa disposição para entrarmos nos caminhos da conversão integral? 3) Que motivação temos para colocar em prática as grandes propostas do Sínodo e do MME? 4) Em meio ao barulho ensurdecedor de grupos conservadores, que gritam contra o papa e contra uma Igreja “dos pobres e para os pobres”, acusando-a de comunista, marxista e até mesmo herética, como nos posicionamos? 5) A quem ouvimos e seguimos?

REFERÊNCIAS

FRANCISCO. Entrevista a Domenico Agasso Jr., Jornal *La Stampa-Vatican Insider*, 09 ago 2019. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-08/francisco-o-sinodo-filho-da-laudao-si.html>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. *Discurso de abertura do Sínodo*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 07 out. 2019. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191007_apertura-sinodo.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. *Homilia na missa de encerramento do Sínodo*. Basílica Vaticana: Libreria Editrice Vaticana, 27 out. 2019. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2019/documents/papa-francesco_20191027_omelia-sinodovescovi-conclusionone.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

LASARTE, Martín. 10 “Gostei” e 9 “Não gostei”: uma avaliação do Sínodo sobre a Amazônia. Tradução de Luisa Rabolini. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 28 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593854-10-gostei-e-9-nao-gostei-uma-avaliacao-do-sinodo-sobre-a-amazonia>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MALVEZZI, Roberto. Sínodo para a Amazônia abriu o futuro. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 10 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594432-sinodo-para-a-amazonia-abriu-o-futuro>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PONTES JR., Felício. O Sínodo e o direito dos povos da Amazônia. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 08 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594192-o-sinodo-e-os-direitos-dos-povos-da-amazonia>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

SPADARO, Antônio. Sínodo para a Amazônia: um afresco para a casa comum. Tradução de Moisés Sbardelotto. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, RS, 03 de nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594031-sinodo-para-a-amazonia-um-afresco-para-a-casa-comum-artigo-de-antonio-spadaro>>. Acesso em: 05 fev. 2020.